

## Teoria dos costumes em Kant

Luiz Antonio Maciel<sup>1</sup>

**Resumo:** Kant elabora a sua filosofia a partir de três perguntas, ou dito de outra maneira a partir de três indagações. O que posso saber? (Crítica da Razão Pura). O que devo fazer? (Filosofia moral). O que me é permitido esperar? (Filosofia da religião). O presente trabalho está relacionado a segunda indagação kantiana, ou seja, a sua filosofia moral. Assim, o nosso objetivo é mostrar que por meio de conceitos a priori e dos imperativos, é possível pensar uma teoria dos costumes em Kant. Dessa forma, pretende-se mostrar como Kant fundamenta a moralidade em conceitos a priori partindo da sua proposta metafísica.

**Palavras-chave:** Ação Moral. Intenção Moral. Conceitos a Priori. Imperativos. Metafísica.

### INTRODUÇÃO

Kant elabora a sua filosofia a partir de três perguntas, ou dito de outra maneira a partir de três indagações. O que posso saber? (Crítica da Razão Pura). O que Devo Fazer? (Filosofia moral e do direito). O que me é Permitido Esperar? (Filosofia da história e da religião). O nosso objetivo neste ensaio, está relacionado a segunda indagação de Kant. Ou seja, a sua filosofia moral.

No prefácio da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant diz que a filosofia grega se dividia em três ciências a saber – a Física, a Ética e a Lógica. O filósofo concorda com essa distinção, para ele não é necessário acrescentar nada a ela. Pois, ela se refere à divisão de todo o nosso conhecimento racional, o qual pode ser ou formal ou material. O conhecimento formal é atribuído a Lógica e diz respeito “a forma do entendimento e da razão em si mesmas e das regras universais do pensar em geral, sem distinção de objetos” (KANT, 2019. P.13). Já o conhecimento material, do qual se ocupa a Ética e a Física, refere-se a um determinado tipo de objeto e às leis as quais ele está submetido. Portanto, sua missão é dupla, pois cuidam de leis da liberdade e da natureza. Em relação a primeira, podemos falar de uma teoria dos costumes, quanto a segunda de uma teoria da natureza.

Lógica e metafísica fazem parte da filosofia pura. A lógica é formal, e a metafísica se limita a determinados objetos Da razão. Dessa forma, Kant fala de uma dupla metafísica. Ou seja, uma metafísica da natureza e uma metafísica dos costumes. Assim, a física possui uma parte empírica e a outra racional, da mesma forma a ética, porém, o filósofo prefere chamar essa parte empírica da ética de antropologia prática. Enquanto que a parte racional seria a moral. (KANT, 2019. P.14).

1 Mestrando do PPG de Filosofia da FAJE.

De certa maneira, Kant admite que a ética tem uma parte empírica. Entretanto, o seu esforço não está em eliminar esse empirismo, mas em mostrar que a ética não pode estar fundamentada em princípios da experiência. Para o filósofo qualquer lei moral que tenha a pretensão de valer como fundamento de uma obrigação tem que ser em si absoluta. Pois, o princípio de uma obrigação deve ser buscado a priori, ou seja, num conceito da razão pura. Tudo o que está baseado na experiência ou no empirismo vai ser sempre um móbil, que para Kant pode até ser uma regra prática, mas nunca uma lei moral (KANT, 2019. P.16).

Portanto, Kant quer distinguir as regras de um pensar puro, e as regras de um pensar prático. Quanto a primeira, ele a apresenta como projeto de uma futura *Metafísica dos Costumes*, de certa maneira já iniciada na *Crítica da Razão Pura*, “Com efeito a *Metafísica dos Costumes* deve investigar a ideia e os princípios duma possível vontade pura, e não as ações e condições do querer humano em geral (KANT, 2019. P.18). Entretanto, antes de concretizar esse projeto futuro, Kant elabora um projeto de *Fundamentação da Metafísica dos costumes*. Por meio dessas duas propostas de metafísica, o filósofo nos fala de uma razão pura, especulativa, e de uma razão pura prática. Ele conclui dizendo que se trata da mesma razão, que se distingue somente na aplicação. E assim, ele apresenta o objetivo da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*: “fixar o princípio supremo da moralidade”. (KANT, 2019. P.19).

Portanto, investigando o princípio de uma vontade pura, Kant quer fixar o princípio supremo da moralidade. Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, ele adota o seguinte método. Analiticamente ele quer a partir do conhecimento vulgar, determinar o princípio supremo desse conhecimento. E em seguida sinteticamente ele pretende fazer o caminho inverso do exame desse princípio e das suas fontes para o conhecimento vulgar onde se encontra a sua aplicação.

## 1 INTENÇÃO MORAL

Na *Fundamentação* Kant começa dizendo que somente uma coisa é boa ilimitadamente, a boa vontade. (KANT, 2019. P.21). O filósofo está afirmando que o ilimitadamente bom é somente a vontade boa. Hoffe chama a atenção para esse aspecto inicial, para ele está oculta na base dessa questão o que é o ilimitadamente bom, e a afirmação oculta na questão do que é moralmente bom. (HOFFE, 2005. P.190). De acordo, com essa interpretação proposta por Hoffe, Kant parte de uma determinação conceitual do que é moralmente bom. Ou seja, a boa vontade que é ilimitadamente boa, e contém o conceito do que é moralmente bom. Seguindo a definição conceitual que segundo Hoffe, Kant faz no início da obra, vejamos o que o filósofo nos diz na *Fundamentação*,

A boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão somente pelo querer, isto é, em si mesma, é considerada em si mesma, deve ser avaliada em grau muito mais alto do que tudo o que por seu intermédio possa ser alcançado em proveito de qualquer inclinação, ou mes-

mo se se quiser da soma de todas as inclinações (KANT, 2019. P. 23).

Aquilo que é ilimitadamente bom, não pode ser relativo, mas bom de maneira absoluta. Assim a moralidade não é uma espécie de adaptação funcional. Por exemplo, o professor não é bom por ser agradável, o motorista não é bom, porque dirige bem. O engenheiro não é bom por ter seguido todas as normas de engenharia. Todos esses eventos são contingentes, e são adaptados as circunstâncias ou costumes. O Bom para Kant se estabelece a partir do seu próprio conceito, é incondicionado e livre de qualquer inclinação. Ou seja, o objeto não é afetado por nada que seja externo a ele.

Feita essa distinção, fica claro que a *Fundamentação* vê como bom, única e exclusivamente à vontade boa. Os outros elementos que são tidos como bons, para Kant apresentam muitas ambiguidades e ora podem até ser utilizados para o bem, ora para o mal. Porém, a vontade boa, que não é condicionada, que não é afetada por nenhuma inclinação, é boa por si mesma. Ela não precisa de nenhum elemento exterior e até mesmo superior para determiná-la.

Segundo Hoffe, “na medida em que Kant elucida a moralidade com a ajuda do conceito de dever, ele persegue o interesse de compreender o homem como ente moral” (HOFFE, 2005. P.192). Entretanto, como Kant chega a esse conceito de dever? E como Kant articula esse conceito de dever com a moralidade?

“A razão nos foi dada como uma faculdade prática, deve influenciar à vontade e produzir uma vontade boa em si mesma” KANT, 2019. P.27). Essa boa vontade nunca é um meio para outra intenção, para Kant essa vontade não é o único bem, mas terá que ser o bem supremo e a condição inclusive que conduz o homem a toda aspiração, a felicidade. Para que essa boa vontade possa ser estimada em si mesma, sem nenhuma intenção anterior, Kant propõe o conceito de dever que em si já contém a boa vontade.

Embora Kant diga que a vontade é boa em si mesma, ele aceita que em certos momentos o homem pode deixar de lado essa boa vontade e agir conforme suas inclinações. Por isso o dever se impõe aqui na forma de mandamento, de imperativo válido para aqueles sujeitos cuja vontade não é tão boa. Sendo assim, falar de dever faz sentido quando há racionalidade, mas também há impulsos das inclinações naturais. Há um querer bom, mas há também a possibilidade de um querer mau. Por isso o homem como ser sensível e finito, mas racional está sujeito ao dever que lhe impõe uma norma de ação moral.

Com esses elementos temos condições de definir o que é uma ação moral para Kant. Dito de outra maneira, quando uma ação é moral. Para Kant, uma ação pode ser precedida pelo dever, por uma inclinação imediata, ou por egoísmo. O filósofo propõe como exemplo a situação de um comerciante, que age honestamente com um freguês inexperiente diante dos demais fregueses. Caso esse comerciante tenha agido assim, mas com medo da repercussão que uma ação desonesta diante de um freguês inexperiente pudesse gerar nos demais. Kant vai dizer que a ação é correta, pois ele não se aproveitou da inexperiência do freguês, mas a ação não tem nenhum valor moral. Kant conclui que a ação desse comerciante não passa de

egoísmo, pois ele não agiu por dever, e sim para não prejudicar sua imagem diante dos demais fregueses. (id p.27).

Uma ação por mais caritativa que seja, por mais que espalhe alegria a sua volta está sujeita a esse crivo. Por exemplo, um grupo se reúne para ajudar famílias carentes. Todos os sábados eles levam cestas básicas, brincam com as crianças, fazem a barba dos homens idosos, fazem maquiagem nas senhoras, enfim é uma alegria total. O grupo volta satisfeito pelo trabalho realizado, e um membro comenta que se sente tão bem em fazer isso. Diante disso, poderíamos concluir que a ação não tem valor moral, ela foi praticada por inclinação e não por dever. Contudo, para Kant o valor moral está na intenção da ação.

“Uma ação praticada por dever tem valor moral, não é um propósito que com ela se quer atingir, mas a máxima que a determina” (KANT, 2019. P.31). Sendo assim, ela não depende do objeto da ação e por ele não é afetada. Kant, ainda diz que “uma ação realizada por dever deve eliminar completamente a influência da inclinação e com ela todo o objeto da vontade” (id. p.32). Dessa forma, resta a vontade como móbil de sua determinação, o respeito à lei prática e a máxima que a determina. Assim o valor da ação não está no que se espera dela, mas no fato dela ser segundo o dever.

Kant separa moralidade e legalidade. Uma ação praticada em conformidade com o dever, é uma ação legal, mas não é moral. “A moralidade não pode ser constatada na ação mesma, mas somente em seu fundamento determinante, no querer” (HOFFE, 2005. P.194). Assim a reflexão kantiana não se propõe a oferecer procedimentos para a resolução de conflitos que estão na ordem do dia. Sua reflexão está voltada para a intenção da ação, o que move o agente, o que determina a sua ação. Dessa forma, é possível, segundo Kant determinar se a ação é moral ou não.

O querer que determina a ação, não é um simples desejo, mas é o emprego de todos os meios na medida em que eles estão ao nosso alcance. A vontade não é alheia ao mundo, ao que se manifesta no mundo. Contudo, ela é a sua determinação. Porém, Kant reconhece que existem algumas deficiências e que devido a inúmeras situações e condições naturais essa vontade do agente sofre influências alheias ao seu querer. Assim, o filósofo se opõe a uma certa reflexão consequencialista que não percebe que muitas vezes esse agente não reúne todas as condições de responsabilidade em determinados casos. (HOFFE, 2005. P.196).

Segundo Hoffe, para Kant a legalidade não é uma alternativa para a moralidade, mas é a sua condição necessária. Ou seja, para o filósofo não existe uma separação excludente entre ambas. Quanto ao agir moral, primeiro ele é cumprido por dever, e depois esse cumprimento do dever é tomado como um fundamento determinante. (HOFFE, 2005. P.197). Com isso Kant oferece um critério objetivo para a moralidade, ou seja, o imperativo categórico.

Para Kant, nós não podemos penetrar completamente até os móveis secretos dos nossos atos, porque quando falamos de valor moral, não estamos tratando, segundo Kant das ações visíveis, mas dos seus princípios íntimos que não se veem (KANT, 2019. P.42). Para

ele o conceito de dever que determina a ação, não é de forma alguma tirado da experiência. Ele não está interessado em saber como isso acontece, mas como a razão por si mesma, e independente de todos os fenômenos ordena o que deve acontecer.

## 2 CONCEITOS A PRIORI

Kant coloca como exemplo o fato de que a pura lealdade na amizade não pode exigir menos do homem, pelo fato que talvez não tenha existido nenhum amigo leal. Pois este dever como todo dever em geral é anterior a toda experiência e reside na ideia da razão que determina à vontade por motivos a priori. Com esse movimento do dever que determina à vontade por meio de conceitos a priori, que permite ao mesmo tempo uma avaliação rigorosa e determina a intenção da ação, podemos perceber dois elementos. O primeiro a necessidade de conceitos a priori, o segundo que a partir desses conceitos a priori é possível uma *fundamentação da metafísica dos costumes*.

Uma teoria dos costumes em Kant somente é possível se os conceitos estiverem estabelecidos de maneira a priori. A moralidade não pode simplesmente ser extraída de exemplos. Antes, cada exemplo apresentado precisa ser julgado segundo os princípios da moralidade para que se possa saber se é digno de servir como exemplo. Kant recusa categoricamente qualquer princípio de moralidade que esteja pautado simplesmente na escolha de uma maioria. De acordo com Pascal, “o dever não é um conceito empírico: é uma ordem a priori da razão” (PASCOAL, 2005. P.126).

Diante do que foi exposto até aqui podemos nos perguntar: como Kant chega a esse princípio da moralidade alicerçada num conceito a priori? A metafísica Kantiana se insere numa disputa entre racionalistas e empiristas. Nesse cenário Kant percebe que a metafísica é necessária, mas ao mesmo tempo parece impossível. Algumas questões colocadas como Deus, liberdade e alma ficam sem respostas, mas ao mesmo tempo precisam ser respondidas. Essas questões não podem ser descartadas porque a razão busca por meio da experiência apontar que uma coesão, uma unidade existe, e não o caos. As ciências naturais buscam unificar os princípios em teorias gerais. A metafísica por sua vez quer continuar perguntando até o final.

Os racionalistas acreditam que podem conhecer algo sobre o mundo com o mero pensar. Depois eles impõem essas crenças e suposições aos homens sem nenhuma crítica prévia da razão. Por outro lado, os empiristas acreditam que todo o conhecimento válido é adquirido pela experiência. Kant se afasta dessa disputa, e estabelece um método de investigação que busca examinar as condições de possibilidade de um conhecimento puro da razão. Segundo Hoffe, “Uma vez que todo conhecimento independente da experiência não pode ter, por definição, o seu fundamento na experiência, precisa ser investigada a possibilidade de um conhecimento puro da razão pela própria razão pura” (HOFFE, 2005.p.39).

Para solucionar essas questões, esses embates entre racionalistas e empiristas e também da metafísica clássica precisamos pensar as condições de possibilidade. A solução Kantiana para a questão passa pelo fundamento a priori da moralidade. Assim podemos pensar numa

fundamentação da metafísica que justifique a teoria dos costumes e que esteja sustentada pelos imperativos.

Sendo assim, enquanto a razão continuar buscando seus princípios na experiência, esta vai estar sempre condicionando aquela. Portanto, é necessária uma investigação metafísica. Segundo, Guido de Almeida, Kant entende a metafísica como: “um conhecimento por meros conceitos, portanto, não empírico, mas a priori, de entidades não sensíveis”. (ALMEIDA, 2009. P.12). Assim, Kant afirma a possibilidade de conhecermos algo a priori, e da existência de seres não sensíveis dos quais nós podemos conhecer por conceitos. Kant pensa que as condições de possibilidade para o conhecimento a priori deve passar pelo crivo da crítica, mas por outro lado a sua crítica aceita pensar a existência de seres não sensíveis, porém, nega a possibilidade de afirmar ou negar a sua existência.

Diante disso é possível “fixar o princípio supremo da moralidade”, e extrair daí uma máxima de ação. A lei moral (a priori) fundamenta a obrigação, fazendo com que ela seja praticada por dever, e ao mesmo tempo essa lei moral está baseada em conceitos da razão. Assim, baseado em conceitos a priori, Kant fundamenta a moral, que livre de qualquer inclinação confere valor a uma ação realizada por dever. Contudo, ainda precisamos estabelecer o que são e como são possíveis os imperativos.

### 3 IMPERATIVOS

Uma ação moral é sempre determinada pelo querer, pelo dever interno que determina a ação e nunca por inclinações ou motivos externos sejam quais forem. Assim podemos falar dos imperativos que segundo Kant são, “A representação de um princípio objetivo, enquanto obrigante para uma vontade, chama-se mandamento (da razão), e a fórmula do mandamento chama-se imperativo” (KANT, 2019.p. 51). Os imperativos são fórmulas para exprimir as leis objetivas do querer. Kant ainda faz uma distinção entre esses imperativos, alguns são hipotéticos, outros são categóricos. E são esses imperativos, que vão forjar, que vão de maneira hipotética ou categórica determinar como mandamento uma ação, possibilitando uma “teoria dos costumes”.

Para Kant, o imperativo hipotético representa a necessidade de uma ação prática, fazendo uso de uma razão instrumental como meio para alcançar alguma coisa. “O imperativo hipotético diz, pois, apenas que a ação é boa em vista de qualquer intenção possível ou real” (KANT, 2019. P.53). Esse tipo de raciocínio utiliza os meios, como forma para se chegar aos fins, ou seja, se você deseja x faça y, se deseja boas notas, estude mais, etc. sendo assim, podemos perceber que esses imperativos não possuem em si mesmos uma finalidade, servem sempre como meios para que possamos conseguir outros objetivos.

Por outro lado, o imperativo categórico ordena categoricamente sem referência ou dependência de qualquer outro propósito. Para Kant, “o imperativo categórico que declara a ação como objetivamente necessária por si, independentemente de qualquer intenção, quer dizer sem qualquer outra finalidade, vale como princípio apodítico” (prático) (id. 53). A ação

é necessária por si mesma sem relação com qualquer outra finalidade. De acordo com Perez, “o imperativo categórico ordena sem qualquer condição” (PEREZ, 2008. P. 217).

Contudo, como é possível todos esses imperativos? E como esses imperativos se relacionam com uma teoria dos costumes? Em primeiro lugar, os imperativos são expressos por meio de máximas que determinam hipotética ou categoricamente. Em segundo lugar, essa determinação é marcada por um móbil de ação que orienta e até mesmo determina como se deve agir. Dessa forma, é possível responder a nossa questão.

O imperativo que manda proceder de determinada maneira, afim de atingir um determinado objetivo, é hipotético. Por exemplo, a prudência, o conselho. Entretanto, eles são meios práticos válidos para os costumes, são regras práticas. Kant inclusive nos fala nesse sentido dos conselhos que um pai oferece a seu filho, para que este não se perca diante de algumas armadilhas da vida (KANT, 2019. P.54). O filósofo expressa esse imperativo prático da seguinte maneira,

“Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca como meio” (KANT, 2019. P.73). Esse imperativo proíbe e interdita qualquer possibilidade de usar o outro como um meio. Assim, a humanidade presente em cada ser precisa ser preservada, e assim o homem não pode dispor do homem na sua pessoa. Dessa forma, esse imperativo ilumina o nosso objetivo nesse trabalho em dois aspectos. O primeiro se refere aos deveres para conosco mesmos a partir da ideia de uma humanidade presente em nós. O segundo se refere aos deveres com os outros, e a impossibilidade de trata-los como meios para quaisquer outros objetivos.

O nosso próximo passo é estabelecer a possibilidade de um imperativo categórico. A fórmula desse imperativo é: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (KANT, 2019. P.62). Esse imperativo é a priori, ou seja, ele não sofre nenhuma determinação externa. Mas ao contrário disso ele determina categoricamente a ação. Contudo, precisamos estabelecer assim, como fizemos com o imperativo hipotético, como o imperativo categórico ilumina a nossa proposta inicial.

Esse imperativo ordena categoricamente. O que isso significa? Diante de uma situação precisamos nos perguntar: eu quero que a máxima dessa ação seja universalizada? Por máxima entende-se o princípio subjetivo do querer. Assim, temos que querer que a nossa máxima se torne uma lei universal. Kant propõe alguns exemplos. Entre eles, a possibilidade de fazermos promessas enganosas. Diante disso, a pergunta que devo fazer é: eu posso querer que o fato de fazer promessas com a intenção de não as cumprir se torne uma lei universal? Assim, é necessário de certa maneira deixar de lado os cuidados consigo mesmo e pensar no desafio que tal possibilidade acarretaria, caso eu tenha a pretensão que isso possa ser universalizado.

Podemos também nos perguntar: como a moralidade é possível? Kant responde a essa pergunta com a teoria dos dois mundos. Para o filósofo o homem não é só desejo, prazer, dor, realizações ou experiências. Caso ele fosse apenas isso, a liberdade não seria possível, pois

todo exercício da vontade estaria condicionado ao desejo por algum objeto. Assim, o imperativo categórico é possível porque a ideia de liberdade nos torna membros de um mundo inteligível. Porém, nós não habitamos apenas o mundo inteligível, o reino da pura liberdade, habitamos também o mundo sensível, o reino da necessidade. Por essa razão sempre haverá uma pequena lacuna entre o que fazemos e o que deveríamos fazer, entre ser e dever.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando o nosso trabalho é possível dizer que a partir de conceitos a priori Kant oferece critérios válidos para a ação. Isso significa que o dever em Kant deve ser fundamentado nesses mesmos conceitos (a priori) que por sua vez são sustentados pelos imperativos. Com essa formulação chegamos a uma teoria dos costumes. Entretanto, neste trabalho apenas esboçamos alguns elementos para essa teoria seguindo os passos apontados por Kant na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. A partir dessa leitura percebemos que Kant conseguiu dar um passo significativo em relação ao debate filosófico que o precedeu, a saber, o embate entre racionalistas e empiristas. Assim, o critério para ação está segundo Kant, na busca de um fundamento a priori para a moralidade. Somente a partir desse procedimento que está sujeito ao crivo da crítica, é possível criar as condições para o conhecimento e também para a ação. A lei moral que livre de qualquer inclinação confere um valor moral para a ação que deve sempre ser praticada por dever.

## REFERÊNCIAS

- HOFFE, Otfried, Immanuel Kant. Tradução de Christian viktor Hamm e Valério Rohden. São Paulo, Martins Fontes, 1.ed., 2005.
- KANT, Immanuel, *Crítica da Razão Prática*. Tradução de Monique Hulshof. Petrópolis. Vozes, 2018.
- \_\_\_\_\_, *Fundamentação da Metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Edições 70, 2019.
- \_\_\_\_\_, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. São Paulo. Barcarolla, 2009.
- PASCAL, Georges, *Compreender Kant*. Tradução de Raimundo Vier. Petrópolis, Vozes, 2005.
- PEREZ, Daniel Omar. *Kant e o Problema da significação*. Curitiba, Champagnat, 2008.